

## **MANOEL BOMFIM, ENTRE A EDUCAÇÃO E A REVOLUÇÃO**

**Celso Noboru Uemori\***

### **Introdução**

Neste artigo analiso as idéias de Manoel Bomfim atendo-me ao que ele escreveu sobre educação<sup>1</sup>. Em primeiro lugar, apresento a sua obra analisada pelos seus intérpretes; em segundo, discuto as suas proposições no interior dos discursos dos intelectuais de sua geração, que enxergavam na educação o instrumento privilegiado para promover a “redenção nacional”; em terceiro, retomo o debate a respeito das propostas de Bomfim – educação ou revolução – para redimir o país dos “males de origem” que se implantaram com a colonização ibérica e a herança cultural que ela deixou.

### **A obra de Bomfim na historiografia**

Médico por formação, historiador, psicólogo, pedagogo, educador, autor de estudos de psicologia, de livros didáticos de história e de compêndios de zoologia e botânica, Manoel Bomfim (1868-1932) foi, por muito tempo, um intelectual relegado, pois, como muitos intérpretes afirmaram, sua obra caiu no esquecimento. Basta comparar a quantidade de estudos que mereceram Varnhagen, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Graças à iniciativa de pesquisadores como Carlos Maul, Wilson Martins, Darcy Ribeiro, Dante Moreira Leite, Roberto Ventura, Flora Sussekind, Antonio Candido, Ronaldo Conde Aguiar, entre outros, que Manoel Bomfim foi saiu do esquecimento.

Quem lê os intérpretes da obra de Bomfim, sobretudo de quem o admirava e realçava o seu valor, fica surpreso ao se deparar com o fato de que o resgate do pensamento desse intelectual esquecido se deu por pessoas que estavam, em termos

---

\* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e Professor da Faculdade Metropolitana de Caieiras (FMC).

<sup>1</sup> Várias idéias apresentadas neste artigo foram desenvolvidas em minha tese de doutorado.

ideológicos e políticos, em campos opostos. Carlos Maul (1936), signatário do Manifesto do partido Nacional Fascista, autor de uma obra cuja tese consistia em afirmar que o nacionalismo era um antídoto contra o comunismo, publicou, em 1935, um livro intitulado *Brasil* (1935), com fragmentos dos três textos de história de Bomfim (*A América Latina: males de origem*, *O Brasil na América* e *O Brasil nação*). Maul realçou o que havia de “genuíno”, de “profundamente brasileiro” nos textos de Bomfim. Os escritos deste passaram a ser divulgados e conhecidos graças, em grande medida, à coletânea. Azevedo Amaral (1993) saudou a reedição de *A América Latina: males de origem* no primeiro aniversário do Estado Novo. A obra de Bomfim atendia o desejo do Estado Novo na sua busca da “nossa própria realidade”.

A análise de Bomfim sobre a realidade histórica e sociológica da América Latina – especialmente a brasileira – em termos das tensões entre metrópole e colônia (no plano externo) e de classes (no âmbito interno), a crítica dirigida à classe dirigente (que seria o grande obstáculo para o progresso econômico, político e social do país, em virtude do arraigado apego ao poder, à tradição e aos privilégios seculares) e principalmente por ter se oposto à tese quase consensual na época a respeito da suposta inferioridade racial de negros, índios e mestiços, seduziu intelectuais de esquerda. Nacionalistas encontraram nas idéias do autor de *A América Latina* argumentos para reforçar posturas antiimperialistas. Alguns enxergaram nas idéias de Bomfim a gênese do marxismo ou do pensamento socialista no Brasil. Outros admiradores de sua obra ressaltaram a pessoa que não caiu na armadilha das teorias raciais, o inovador que trouxe uma nova perspectiva científica (antropológica) para explicar a formação da nação e do povo, negando os argumentos que relacionavam a origem mestiça da população brasileira com o atraso do país. Ou ainda aquele que nos incitou a entender o Brasil observando a realidade circundante e não apenas apropriando-se de esquemas explicativos estrangeiros, geralmente mal digeridos, servindo tão-somente de ornamento (RIBEIRO, 1993). Outros destacaram o pioneirismo de um intelectual da Primeira República que fez a “afirmação das classes desprotegidas” ou que esteve “além de seu tempo”(LEITE, 1992):

Nos textos de analistas do pensamento social brasileiro (que queriam evidenciar o componente crítico de alguns intelectuais em suas respectivas épocas) Manoel Bomfim foi colocado ao lado de figuras como Frei Caneca, Castro Alves, Lima Barreto, Euclides da Cunha, entre outros. Bomfim pertenceria à tradição brasileira da “Cultura do contra”

(CANDIDO, 1978, p.8-9), ou seja, faria parte de um diminuto número de indivíduos que se opuseram ao pensamento conservador. O autor de *A América Latina* foi evocado, também, para se refletir sobre o país na era da “globalização”, pois as suas proposições seriam úteis para pensar um projeto de nação na perspectiva do multiculturalismo (ZARUR, 2003, p. 71).

Trabalhos acadêmicos e artigos publicados na imprensa ressaltam a “atualidade” de uma obra que não perdeu o vigor, servindo de material para refletir sobre um país que convive com problemas multisseculares, como a posse privada do Estado e em que recursos públicos são desviados para um setor restrito da sociedade, em detrimento de áreas como educação e saúde. As ideias de Bomfim têm servido para criticar os economistas brasileiros que estudam no exterior e trazem na bagagem fórmulas prontas para resolver os problemas nacionais num passe de mágica.

A sua obra não repercutiu em sua época e foi resgatada posteriormente por intelectuais identificados com a esquerda e com a direita. Nos anos 30 do século passado, o seu pensamento serviu ao propósito da política cultural do Estado Novo que queria “redescobrir” as raízes da brasilidade. Desse modo, dos seus textos histórico-sociológicos interessaram os aspectos que serviam à exortação do nacionalismo e do patriotismo. Nas décadas de 70 e 80, sua obra foi lida e estudada por pessoas que viam em suas idéias um arsenal para atacar o racismo, o autoritarismo, bem como para forjar um projeto de nação elaborado na perspectiva das liberdades democráticas e, quem sabe, do socialismo.

De acordo com um estudioso de Bomfim, a concepção elaborada pelos seus admiradores e biógrafos, exaltando o “rebelde esquecido”, tende para a apologia que, ao cabo, encobre várias questões: Bomfim não teria produzido uma “história oficial a contrapelo”, ou seja, um “contradiscurso oficial”? Sua proposta de revolução não era uma idéia vaga e abstrata na medida em que ele não precisa nem os sujeitos nem para quem a proposta se dirigia? Sua concepção de nação não seria mítica, idílica, abstrata? Suas pregações nacionalistas poderiam, quem sabe, fomentar o xenofobismo e também servir de manancial para justificar projetos políticos e sociais autoritários (REIS, 2003, p. 502-503).

Bomfim é lembrado também pelos seus intérpretes pela atuação em prol da educação, que será o tema deste artigo.

## Educação e “redenção nacional”

Desde o século XIX, intelectuais e políticos colocaram no centro dos debates a questão da educação como instrumento imprescindível para superar os obstáculos que impediam o país de acompanhar o desenvolvimento das sociedades capitalistas e democráticas ocidentais, entenda-se, Europa e Estados Unidos. No Brasil, o assunto mais sensível era a escravidão e o que essa instituição produziu ao longo de séculos em termos de empecilhos para o surgimento da democracia e para o desenvolvimento da industrialização. Posteriormente ao encerramento do tráfico de escravos, que se verificou a partir da segunda metade do século XIX, a questão nacional por excelência era a abolição da escravidão e as prováveis conseqüências que viriam.

O escravo sempre fora visto como “problema” por esses motivos, entre outros: ele teria introduzido a corrupção moral no interior da família senhorial, maculado a religião católica, impedido a introdução de tecnologias modernas na produção, uma vez que, na condição de elemento servil, agia como autômato e sob coação. Em uma sociedade que se imaginava aberta e competitiva, do ponto de vista econômico, e democrática, em termos políticos, a educação era vista como o meio através do qual se daria a preparação dos egressos da escravidão para o trabalho e para a cidadania. Pensavam desse modo, por exemplo, Tavares Bastos (1837-1875) e Joaquim Nabuco (1849-1910) nas últimas décadas do século XIX.

No período em que atuou no Parlamento, nas praças públicas, na imprensa em defesa da abolição, Nabuco foi a figura emblemática do político e intelectual liberal do período final do Império que apontou a influência maléfica da escravidão sobre a moral, a cultura, a política, a economia e a sociedade. Tendo como parâmetro os países europeus e os Estados Unidos, vistos como nações “civilizadas”, o Brasil era visto como um país “bárbaro”. A transição do atraso para a modernidade exigia, em primeiro lugar, a abolição e, em seguida, a implementação de medidas visando a eliminação de outros fatores, também esses criados pela escravidão, como o latifúndio, o desamor pelo trabalho, a hipertrofia do Estado. Em outras palavras, à abolição da escravidão deveriam se seguir a adoção da pequena propriedade (que criaria um mercado interno), a imigração e também a educação popular. No projeto de reforma de Nabuco, a terra precisava ser “libertada” (através da “reforma agrária”) e, também, o homem (não somente da senzala, mas também do analfabetismo), já que a vida democrática e o desenvolvimento da indústria e do comércio exigiam o aprendizado da ética do trabalho e da cidadania (NABUCO, 1977;

UEMORI, 2001). Manoel Bomfim comungou com os intelectuais de sua época da convicção segundo a qual era preciso abraçar a causa da educação como “missão” para redimir o país.

A aposta de Bomfim na instrução – refiro-me ao livro *A América Latina: males de origem* – como solução para um país atrasado provocou em alguns de seus intérpretes estranhamento, uma vez que no texto acima referido, editado em 1905, o autor elaborou uma análise histórica e sociológica inovadora sobre o Brasil. Em primeiro lugar, opôs-se aos adeptos das teorias raciais, os quais atribuíam as mazelas sociais e econômicas da sociedade brasileira à influência de índios e negros na formação da população. Discrepou da voz corrente ao basear a sua interpretação da realidade nos aspectos econômicos e políticos em detrimento da abordagem racial (biológica). Se Bomfim serviu-se da ciência natural, foi como metáfora, visando explicar o comportamento de Portugal relativamente à sua colônia na América e também com respeito à relação entre as classes no interior da sociedade colonial<sup>2</sup>. Em terceiro, atacou o que ele chamou de classe dirigente que, de tão apegado à tradição, fazia do atraso, da rotina combustível para alimentar o seu poder, enxergando em qualquer sinal de mudança a ameaça aos seus privilégios seculares. Tornou-se, por isso, a força mais poderosa opor-se ao progresso social, econômico e político do país.

A crítica dirigida aos defensores da tese da existência de raças superiores, à classe dirigente, ao imperialismo norte-americano, colocava Bomfim na contra-corrente em relação aos intelectuais de sua geração. Seus intérpretes destacaram a originalidade, a atualidade, a coragem de um indivíduo que, ainda na Republicana Velha, teria defendido opiniões socialistas, defendeu as “classes desprotegidas” e que, por tudo isso, estava “além de seu tempo” (LEITE, 1992). Mas como explicar o “radicalismo” do diagnóstico relativamente à explicação do atraso do país e a solução “amena”, baseada na educação?

Antonio Candido (1989, p. 147) viu na questão uma “ambigüidade” e um “decepcionante estrangulamento da argumentação”. A uma proposição “radical” deveria seguir-se uma resposta também radical, revolucionária. Outros intérpretes acharam que

---

<sup>2</sup> A noção de *parasitismo* foi utilizada para estabelecer o binômio parasita (Portugal/classe dominante) e parasitado (colônia/classe dominada). O parasitismo moldou as consciências, tanto dos dominantes quanto dos dominados e, desse modo, os primeiros viam a exploração econômica, a violência, os seus privilégios como uma prerrogativa natural; os outros enxergavam a dominação como destino.

essa ambigüidade foi superada, uma vez que na sua obra da maturidade, *O Brasil nação* (1931), ele teria defendido a revolução nacional e popular, seguindo o modelo da Revolução Mexicana, abandonando, pois, a idéia de redenção nacional pela educação (CANDIDO, 1990; BARONI, 2003).

No ponto de vista de um autor de uma dissertação sobre Bomfim, o que Candido denominou de ambigüidade precisaria ser pensada com mais cuidado, pois essa “ambigüidade” era um dado que poderia ser visto em todos os intelectuais que se formaram no final do Império, acreditaram sinceramente na capacidade renovadora da República e que com ela se decepcionaram. Ademais, ainda de acordo com o autor, a ênfase na educação organizou o pensamento de Bomfim, orientando-o na ação política e capacitou-o para realizar uma “revolução copernicana” – a análise da realidade histórica e sociológica brasileira baseada em fundamentos culturais e a negação de concepções biológicas. A realidade podia mudar, sim, pela “ação educativa” (BOTELHO, 1997, p. 43).

### **Revolução ou Educação?**

Ao denominar Bomfim de radical ou de moderado, corre-se o perigo de cair na armadilha que consiste em rotular e simplificar um pensamento que se construiu atravessado por tensões e idiosincrasias. Desse modo, preferi ler os seus textos evitando enquadrá-lo em rótulos pré-estabelecidos, o que permitiu apreender um pensamento sendo elaborado de forma sinuosa, em que se mesclava a contundência da crítica - como pode ser vista em sua análise dos “males de origem” da sociedade brasileira, gestada sob o signo da opressão da Metrópole, das contradições internas, dos conflitos de raça e de classes e do apego do brasileiro ao “conservantismo essencial”, que é uma herança social e cultural e que afetava mesmo aqueles que se diziam revolucionários - e uma solução moderada, qual seja, a aposta na educação como mecanismo para corrigir os rumos de uma nação que perdeu o seu lugar no conserto das sociedades ocidentais desenvolvidas e democráticas.

A comparação entre o livro de 1905 (*A América Latina*) com as obras que serão elaboradas mais de duas décadas depois (*O Brasil na América* e *O Brasil nação* e *O Brasil na História*), não encontrei um pensamento que, finalmente, resolveu a ambigüidade (o do radicalismo do diagnóstico e da solução conciliatória) ao apostar na revolução, idéia presente no livro *O Brasil nação*. Primeiro, porque Bomfim não precisou quem seria o agente dessa pretensa ação que produziria uma ruptura radical em relação

ao *status quo* e, em segundo, porque ele continuou acreditando, como quase todos os intelectuais dessa época, na instrução, como se pode verificar no livro *Cultura e educação do povo brasileiro*, que foi editada em 1932.

Por outro lado, ainda comparando as obras historiográficas (*A América Latina* com as que foram produzidas posteriormente), percebo um pensamento cambiante, que mudou de rota. Vejamos. Na obra da juventude, emerge uma nação partida, doente, marcada profundamente pelo conflito entre o colonizador que se comportava como parasita. No livro *O Brasil na América*, escrito cerca de suas décadas depois, Bomfim construiu uma imagem edificante de uma nação sendo construída pelo encontro amistoso, pacífico entre colonizador e os “selvagens”. Desse encontro, edificou-se a “cultura brasileira” que não era nem tupi nem lusitana, mas um amálgama entre dois povos que se predispunham para a convivência pacífica. Da conjugação de portugueses e índios nasceu a “alma brasileira”, ou seja, um povo ordeiro que resolve as tensões políticas e sociais sem recorrer à violência. Na obra *O Brasil na América*, o autor construiu o seu argumento esforçando-se para “esquecer” aquilo que enfatizara no livro *A América Latina*, qual seja, as tensões entre classes e raças e a violência que se tornara a marca das relações entre brancos e índios e negros. Objetivando produzir esse esquecimento, ele exaltou os bandeirantes como agentes civilizadores e construtores da “unidade nacional” e minimizou a participação dos negros na formação cultural brasileira. Ao dar ênfase à presença do negro como agente econômico ou político, ele teria que reportar à violência que recaía sobre a “vítima das vítimas”.

Por outro lado, é possível verificar em alguns momentos de sua obra a defesa da do uso da força contra o Estado, já que este foi identificado com a opressão, o fisco, a violência contra a população, o agente que asfixiou a sociedade, impedindo o desabrochar da democracia, da república, da vida pública e da federação. Por isso, há quem tenha argumentado que Bomfim legitimava o uso da violência por parte da população contra o Estado (VENTURA; SUSSEKIND, p. 43). Essa afirmação faz sentido, porém ela precisa ser nuançada, pois em outras passagens, ele demonstra muita dificuldade em aceitar a idéia de conflito, seja de grupos, etnias, classes. Para ele a violência era um produto do parasitismo ibérico, mas não se apresentava como solução. Ele falou da contradição entre Estado e nação, porém ele idealizava um Estado que fosse um servidor da nação e não o seu inimigo, que mantivesse com ela uma relação orgânica. A violência institucionalizada era mais um produto indesejado do parasitismo ibérico.

A noção de “organismo” é apropriada para pensar as idéias de Bomfim, o qual elaborava os seus argumentos encaixando a parte no todo, harmonizando, aparando arestas, fazendo as forças convergirem para um centro. Ele tinha dificuldade em pensar em rupturas bruscas. A ênfase na educação pode ser vista por este ângulo: se o parasitismo “educou” os brasileiros para agirem contra a mudança, o discurso a favor da instrução queria chamar a atenção para o perigo de o Brasil perder o rumo da História e deixar de participar da vida moderna, marcada pelo progresso, estagnando (BOMFIM, 1904, p.11-12). O apego ao passado, à “moda” das academias, aos institutos, aos grêmios e ao culto da verbosidade em nada contribuíam para a preparação do povo para o trabalho. Bomfim afirmava que o imobilismo contrariava a “lei” da vida (tanto da natureza quanto da sociedade) que é a da mudança, a da evolução. O imobilismo era perigoso, principalmente para a classe dominante. A insistência em evitar as transformações no *status quos* equivalia a segurar perigosamente as comportas de um rio caudaloso. Ao romper o dique estava-se diante da convulsão social. A classe dominante precisava ser educada para perceber que ela tinha muito a perder, a longo prazo, com essa arraigada motivação em se opor a tudo que significava mudança. A educação ligava-se à necessidade de dar um basta na rotina, pois esta mantinha as coisas tal qual estavam, e “viver é acrescentar alguma coisa ao que existe” (IDEM, p. 20).

Quando analisamos a noção de *tradição* fica evidente o cuidado que o intérprete de sua obra precisa ter para ler os seus textos, pois ele não se preocupa em definir conceitualmente os seus argumentos. Desse modo, uma noção pode significar coisas diversas. Em *A América Latina*, a palavra *tradição* confunde-se com opressão, escravidão, violência, portanto, faz-se necessário negar o passado. Por outro lado, no livro *O Brasil na América*, a *tradição* foi referida à harmonia, à solidariedade cultural e étnica entre o selvagem e o português, que gerou um povo pacífico e cordial. Nesse caso, se há que promover mudança, que ela seja feita sem jogar junto com a água suja a criança, pois ele ensinava que “uma nação evolui mantendo a essência de si mesma” (BOMFIM, 1996, p. 38).

### **Bomfim e Durkheim**

Para encerrar este artigo, quero discutir brevemente a suposta influência de Marx sobre o pensamento de Bomfim. Ele citou-o, mas isso não autoriza afirmar que ele tenha se servido do autor de *O Capital* para elaborar os seus argumentos. Evocou-o no

momento em que elaborou a crítica aos adeptos da propaganda republicana da década de 70 do século XIX. Para Bomfim (1986, p. 416) o que afirmavam os republicanos era destituído de conteúdo, uma vez que negligenciaram os aspectos sociais e econômicos. Tudo não passava de uma mescla de verborragia liberal e “positivismo cego”. Em outras palavras, a menção a Marx, a outros socialistas e, também, aos anarquistas atendia ao propósito de apontar a limitação das pretensões abolicionistas e republicanas, que não enfrentaram a “questão social”. Mas estava longe do horizonte teórico e político de Bomfim admitir a luta de classes como instrumento que poderia ter levado adiante as reformas que ele via como necessárias (UEMORI, 2006, p. 153-154).

A meu ver, Bomfim estava mais próximo de Durkheim do que de Marx. O intelectual brasileiro e o sociólogo francês enfatizaram noções como a de solidariedade, de coesão social e fizeram da analogia entre o biológico e o social um elemento importante na elaboração teórica (ORTIZ, 1994, p. 23). Os dois estariam de acordo ainda quanto ao papel da educação na preparação moral e intelectual do indivíduo para viver em sociedade e também que há uma diferença cabal entre o ser “que a natureza fez” e o homem que a sociedade quer” (DURKHEIM, s.d, p. 102), pois “ (...) a educação é ensinar a vida social” (BOMFIM, 1931, p. 19). Em outras palavras, ambos comungavam da opinião quanto à missão conservadora da educação – a renovação das condições da sociedade.

## **Conclusão**

De intelectual “esquecido” pela sua geração, Manoel Bomfim hoje é objeto de vários estudos em monografias acadêmicas e suas idéias servem para jornalistas e colunistas da imprensa analisarem o papel da herança do passado sobre um presente que insiste em continuar preso à rotina, ao estabelecido. Sua obra foi resgatada e reverenciada por intelectuais de esquerda – que enfatizaram a originalidade das proposições, a crítica aos racistas e à classe dominante – e por pessoas ligadas à ideologia dominante – que resgataram parte de sua obra para corroborar teses autoritárias. Uns lembraram a “ambigüidade” de um intelectual que fez uma análise histórica profunda da gênese das mazelas sociais e propôs uma “solução” amena, a saber, a educação. Outros enalteceram a pessoa que leu Marx, assumiu a defesa dos oprimidos e falou em revolução nos anos 20 do século passado. As idéias de Bomfim serviram e servem para diversos fins, em momentos diferentes, porque a “ambigüidade”,

a idiosincrasia, a convivência entre proposições radicais e posturas moderadas são intrínsecas à sua obra. Não cabe ao intérprete do pensamento de um intelectual julgá-lo por causa das suas ambigüidades e contradições, mas apreendê-las e explicá-las. A leitura comparativa dos textos de Bomfim permitiu captar um autor que mudou de idéia em muitos aspectos, mas não abandonou duas convicções: o nacionalismo e a crença na educação como instrumento de desenvolvimento individual e de progresso da sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Azevedo. "Prefácio à 2ª edição". In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BARONI, Márcio Henrique de Moraes. *Manoel Bomfim: entre continente e nação*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

BOMFIM, Manoel. "O progresso pela instrução". In: BOMFIM et alli. *Discursos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Profissional, 1904.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

\_\_\_\_\_. *Cultura e educação do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongentti, 1932.

\_\_\_\_\_. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BOTELHO, André. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas, 1997.

CANDIDO, Antonio. "A cultura do contra", *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7.5.1978, Folhetim, p. 8-9.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. "Radicalismos". *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, 4(8), 4-18, jan.-abr. de 1990.

DURKEHIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, s.d.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5 ed., São Paulo: Ática, 1992.

MAUL, Carlos. *Nacionalismo e comunismo*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1936.

\_\_\_\_\_. Nota explicativa. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. Org. por Carlos Maul. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

REIS, José Carlos. "Manoel Bomfim e a identidade nacional brasileira". In: LOPES, Marcos Antônio (Org). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 502-503.

RIBEIRO, Darcy. "Manoel Bomfim, antropólogo". In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 3 edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 9-20.

UEMORI, Celso Noboru. *Joaquim Nabuco: lutas, propostas e diálogos (1879-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica – SP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica – SP, 2006.

VENTURA; SUSSEKIND, Flora. "Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)". In: *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *A utopia brasileira*. Brasília: Abaré, co-edição: Flacso/Brasil, 2003, p. 71.

Perspectivas  
em Educação